

# Sistemas Alimentares e Territórios no Brasil

---

CATIA GRISA | ERIC SABOURIN | LUDIVINE ELOY | RENATO S. MALUF  
ORGANIZADORES

  
**UFRGS**  
EDITORA

 **PGDR**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO RURAL / UFRGS



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos André Bulhões**

Vice-Reitora

**Patricia Helena Lucas Pranke**

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

**Júlio Otávio Jardim Barcellos**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretora

**Luciane Delani**

Conselho Editorial

**Carlos Gustavo Tornquist**

**Henrique Carlos de Oliveira Castro**

**Janette Palma Fett**

**João Carlos Batista Santana**

**Jurandir Malerba**

**Luis Frederico Pinheiro Dick**

**Mônica Zielinsky**

**Otávio Bianchi**

**Patrícia Chittoni Ramos Reuillard**

**Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca**

**Luciane Delani**, presidente

# Sistemas alimentares e territórios no Brasil

---

CATIA GRISA | ERIC SABOURIN | LUDIVINE ELOY | RENATO S. MALUF  
ORGANIZADORES

© dos autores  
1ª edição 2022

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Revisão e editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



---

S623 Sistemas alimentares e territórios no Brasil [recurso eletrônico] / organizadores Cátia Grisa, Eric Sabourin, Ludivine Eloy [e] Renato S. Maluf. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.  
312 p. : pdf

(Estudos Rurais)

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Sistemas agroalimentares. 4. Agricultura familiar. 5. Território. 6. Políticas públicas. 7. Mercados. I. Grisa, Cátia. II. Sabourin, Eric. III. Eloy, Ludivine. IV. Maluf, Renato S. V. Série.

CDU 631:338.432

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-072-3

# Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil

**Eric Sabourin**  
**Catia Grisa**  
**Renato S. Maluf**  
**Ludivine Eloy**

Este livro é resultado do Projeto “Sistemas agroalimentares e políticas públicas: teorias e métodos para análise de experiências nacionais e internacionais”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes – Brasil) e pelo Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária e Científica com o Brasil (Cofecub – França). Do lado francês, esse projeto é coordenado pela Unidade Mista de Pesquisa (UMR) “Atores, Recursos e Territórios no Desenvolvimento” (Art-Dev), que articula pesquisadores do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e Universidade Montpellier 3 Paul Valéry. Do lado brasileiro, o projeto é coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contando igualmente com pesquisadores da Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade da Integração Latino Americana (Unila). O objetivo do projeto é sistematizar e produzir abordagens teórico-metodológicas para análise dos sistemas alimentares e das políticas públicas que os influenciam. O projeto coloca ênfase na diversidade da agricultura familiar, na sua relação com o agronegócio, nas interações entre rural e urbano e nas dinâmicas territoriais que afetam a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

A partir do escopo do projeto, este livro aborda reflexões teóricas metodológicas sobre as dinâmicas dos sistemas alimentares a partir de estudos de caso realizados no Brasil, sem a pretensão de ser exaustivo ou de contemplar a diversidade de situações e configurações que o tema e o país apresentam. O livro reúne 33 autores e dez capítulos, organizados em torno de duas grandes temáticas: 1) *os sistemas alimentares e as dinâmicas territoriais*: aqui os autores abordam os processos de territorialização vinculados aos produtos da agricultura familiar, as diferentes dinâmicas de qualificação desses produtos, a organização coletiva dos atores e as interações territoriais com o setor do agronegócio; 2) *os sistemas alimentares, os mercados, a organização coletiva e as práticas alimentares*: aqui os autores abordam as dinâmicas das grandes redes de supermercados, das compras públicas governamentais, dos mercados de produtores e de proximidade; o papel das cooperativas de comercialização e de consumo na estruturação das cadeias agroalimentares locais; e os estudos sobre práticas alimentares.

Este capítulo está organizado em três partes, sendo elas: i) os aportes das abordagens sobre sistemas alimentares para a análise das questões alimentares contemporâneas; ii) as dinâmicas e os desafios específicos das questões agroalimentares no Brasil; iii) as contribuições metodológicas, teóricas e empíricas dos diferentes capítulos que compõem o livro.

## As abordagens em termos de sistemas alimentares

Há uma diversidade de abordagens conceituais e metodológicas em termos de sistemas alimentares, as quais variam de acordo com as entradas analíticas e os aspectos privilegiados em suas análises. Certas abordagens adotam perspectivas globais e integradas, enquanto outras propõem análises sistêmicas aplicadas aos alimentos e à alimentação.

Partimos, inicialmente, da definição pioneira de Louis Malassis (1994, p. 110), a qual afirma que “um sistema alimentar diz respeito a um conjunto de atividades coordenadas que permitem aos homens se alimentarem. Tal

definição contempla também a forma como os homens se organizam, no espaço e no tempo, para obter e consumir a alimentação”. Assim concebida, essa definição enfatiza a atividade humana na garantia da satisfação das necessidades a partir de diversos formatos assumidos pela produção, acesso e, em menor medida, pelo consumo de alimentos, sempre considerando as dimensões do espaço e do tempo.

Rastoin e Ghersi (2010, p. 556) definem sistema alimentar como “uma rede interdependente de atores (empresas, instituições financeiras, organizações públicas e privadas), localizada em um espaço geográfico dado (região, estado, espaço plurinacional), participando diretamente ou indiretamente na criação de fluxos de bens e serviços orientados para a satisfação das necessidades alimentares de um ou vários grupos de consumidores locais ou de fora da zona considerada”. Aqui, os autores incorporam três elementos chave: o papel das redes de atores na construção dos sistemas alimentares, a ideia de interdependência e a relação com determinadas áreas geográficas.

Um sistema alimentar pode igualmente ser definido como uma cadeia de atividades mercantis e não mercantis, conectando a produção, montagem, transporte, estocagem, transformação, serviços, distribuição, preparação e consumo dos alimentos, e também a gestão dos dejetos e recursos, os fornecedores de insumos (sementes, fertilizantes, embalagens etc.) e as atividades e as instituições de regulação associadas. Essas definições podem ser relacionadas àquela de *food system* (ou *agri-food system*) da literatura anglo-saxônica. Goodman e Watts (1997, p. 36) definem o sistema alimentar como “todos os processos envolvidos na alimentação de uma população, e notadamente os insumos necessários e os resultados produzidos em cada etapa. O sistema alimentar funciona em um contexto social, político, econômico e ambiental e é influenciado por este”.<sup>1</sup>

De acordo com Fanzo e Davis (2021), as análises em termos de sistemas alimentares procuram superar os limites das abordagens setoriais ou fragmentadas, centradas sobre o estudo de diversas etapas das cadeias agroalimentares: *A food systems approach uses a holistic, comprehensive view of the entire system* (Fanzo; Davis, 2021, p. 11). Importa aqui considerar o conjunto dos atores envolvidos nas diferentes atividades e dinâmicas do sistema alimentar, as suas influências, confluências e conflitos, os mecanismos de governança e os impactos sociais, econômicos, ambientais positivos e negativos produzidos nessa interação (Fanzo; Davis, 2021). Para Gill et al. (2018,

---

<sup>1</sup> [...] *all processes involved in feeding a population, and including input needed and output generated at each step. Food system operate within and is influenced by social, political, economic, and environmental context.*

p. 4), “como um sistema, os alimentos estão conectados a uma variedade de campos (políticos) – incluindo agricultura, meio ambiente, energia, saúde, educação, infraestrutura e planejamento”, o que implica em considerar os sistemas alimentares como multifuncionais, multifatoriais e multiator. Aplicar uma abordagem sistêmica para o sistema alimentar permite evidenciar os *trade-offs*, os conflitos e as sinergias entre diferentes dimensões, metas, projetos e atividades (Parsons; Hawkes; Wells, 2019), ganhando relevância o aporte de diferentes campos disciplinares, como é o caso dos autores que compõem este livro.

A partir de interpretações mais sistêmicas, logo novas problemáticas colocadas à agricultura e à alimentação contribuíram para uma requalificação da noção de sistemas alimentares. Além da análise das interações entre atividades do sistema, surgiu a necessidade de qualificar ou tipificar as distintas dinâmicas e configurações dos sistemas alimentares. Uma das formas de assim proceder supõe a diferenciação da natureza dos bens ou dos processos que dão origem aos alimentos, abordagem que pode culminar no uso indiferenciado das noções de sistemas e cadeias. Esse é o caso da diferenciação de sistemas alimentares segundo os tipos de produtos e processos produtivos proposta por Colonna, Fournier e Touzard (2013): sistema agroindustrial (cadeias longas de produção e consumo); sistema regional (pequenos e médios produtores integrantes de redes mais amplas); sistema doméstico (maior parte da produção para autoconsumo); sistema local (mercado informal, artesanal, circuitos curtos de produção e consumo); sistema alimentar com qualidade diferenciada (agroecológico, saudável, orgânico). Aqui, sistemas correspondem mais propriamente a cadeias, circuitos ou mesmo segmentos de mercado, sendo que essa classificação permitiu a Morgan, Marsden e Murdoch (2006) associarem cada uma das cinco categorias a mundos com convenções e mercados próprios, com distintas combinações dos diferentes sistemas conforme os países, regiões e localidades.

Para o HLPE (2017), nos sistemas alimentares modernos a produção é global e os alimentos vêm de qualquer lugar e a qualquer hora, distanciando os consumidores do local onde a comida é produzida; modernos sistemas de logística permitem a circulação dos alimentos a grandes distâncias e a conservação destes por longos períodos; e diversos intermediários (empresas de logística, grandes redes de supermercados, restaurantes) situam-se entre os produtores e os consumidores. Confluindo com esses elementos, nesses sistemas os alimentos processados e ultraprocessados (presentes em maior intensidade) estão facilmente disponíveis, com frequência mais baratos e convenientes ao consumo, sendo ofertados em áreas de fácil acessibilidade/



consumo, conformando desertos ou pântanos alimentares. Intensa publicidade (com frequência direcionada a determinados públicos, como as crianças) estimula o consumo e, embora a presença de muitas informações nos rótulos e embalagens (seguindo normas padronizadas e sanitárias), estas são de difícil entendimento para os consumidores em geral. Por essas configurações, além de outras repercussões sociais e ambientais, o HLPE (2017) chama a atenção para o fato de os sistemas alimentares modernos estarem associados à abundância de alimentos que incrementam os riscos de sobrepeso, obesidade e doenças associadas.

Hegemônicos, os sistemas alimentares convencionais, industriais, agroindustriais, modernos ou globais – os qualitativos são diversos (Piñeiro et al., 2021; Preiss; Schneider, 2020; HLPE, 2017; IPES-Food, 2016) – têm sido objeto de intensas críticas e problematizações. Como salienta o IPES-Food (2016), embora tenham fornecido grandes quantidade de alimentos nos mercados internacionais, os sistemas alimentares industriais estão organizados em grande escala, prezam pela quantidade, especialidade e uso intensivo de insumos químicos, tensionam para a uniformidade e produzem um conjunto de efeitos: degradação das terras, das águas e dos ecossistemas; forte emissão de gases de efeito estufa; perda da biodiversidade; desnutrição e má-nutrição e doenças relacionadas à alimentação. Ademais, “a agricultura industrial e os sistemas alimentares industriais subsequentes engendram uma série de ciclos viciosos. Em particular, a estrutura dos sistemas alimentares beneficia apenas um número limitado de atores, reforçando seu poder econômico e político e sua capacidade de influenciar a governança dos sistemas alimentares, e, assim, colocando obstáculos a qualquer reforma deste” (IPES-Food, 2016, p. 4).

Diante dessas considerações críticas, são recorrentes as interpretações e abordagens que procuram colocar luz (e mesmo reivindicar) sobre sistemas alimentares alternativos, nos quais ganha importância a dimensão espacial ou territorial, a começar pela noção precursora de “sistemas alimentares localizados” (SYAL) inspirada em sistemas produtivos localizados (Courlet, 2002). Um SYAL é uma organização de produção de serviços associados por suas características e seu funcionamento a um território específico (Muchnik et al., 2007). Os SYAL foram inicialmente definidos como o conjunto “de organizações de produção e de serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços, restaurantes) associados, por suas características e seu funcionamento, a um território específico. O meio, os produtos, os homens, suas instituições, seus conhecimentos, seus comportamentos alimentares e suas redes de relações se combinam em um território

para produzir uma forma de organização agroalimentar a um nível espacial dado” (Cirad-SAR, 1996). Segundo Requier-Desjardins (2002; 2007), essa noção guarda similitudes com a de aglomerados (*clusters*) e torna os SYAL uma variante agroalimentar do sistema produtivo local, cujo cerne está na qualificação pela origem territorial e na eficácia competitiva de organizações ancoradas territorialmente. No Brasil, esse enfoque deu origem à criação da Rede Brasileira de Sistemas Agroalimentares Localizados com enfoque centrado na valorização de recursos locais com base na relação entre sistemas agroalimentares e territórios e suas contribuições para as políticas públicas (<http://redesialbrasil.blogspot.com/>).

Para José Muchnik (2006), os trabalhos mais antropológicos centrados no “fato alimentar” contribuíram para os SYAL ao abordar o conjunto das relações sociais e seus vínculos com os processos biológicos: a composição e as características dos alimentos, a saúde dos consumidores, sua identidade cultural, a dinâmica dos territórios onde habitam, ou ainda a evolução das produções e dos produtores agrícolas. Para esse autor, “a alimentação conecta os indivíduos a um lugar, a uma comunidade. Ela participa na construção das identidades individuais e coletivas, pois, apesar da mobilidade dos homens e da globalização das dinâmicas socioeconômicas, é necessário sempre ser e sentir pertencimento para agir e ser reconhecido. Os alimentos constituem marcas de identificação essenciais nesse processo: bases sensíveis e memoráveis sobre as quais se constroem nossas diversas formas de habitar o mundo de acordo com diversas modalidades de relação consigo e com os outros” (Ortigue, 1989).

A noção de SYAL evoluiu e deu lugar àquela de sistemas alimentares territorializados (SAT). Um SAT<sup>2</sup> é “uma unidade coerente com governança territorial participativa composta de cadeias agroalimentares sustentáveis localizadas em um espaço geográfico de dimensão regional” (Rastoin, 2015, p. 3). Embora bastante abrangente ao considerar vários fatores (recursos específicos, modos e processos de produção, cultura e formas de governança),

---

<sup>2</sup> A sigla SAT também é utilizada por certos autores para designar “Sistemas alimentares tradicionais” que fazem referência a sistemas dinâmicos desenvolvidos pelas populações locais, sendo que “o termo ‘Tradicional’ remete a uma interrelação estreita entre território e sociedade, e não a um imobilismo enraizado no passado” (Emperaire, 2015, p. 1). Nessa concepção, o qualitativo “tradicional” não se opõe à modernidade, pelo contrário, traduz a forma como os saberes são construídos em um território dado (Carneiro da Cunha, 1999). O termo Sistema Agrícola Tradicional se aproxima daquele de “agriculturas singulares” (Mollard; Walter, 2008, p. 14), que são estudados não para “proteger a todo preço este ou aquele tipo de agricultura mas, antes, para compreender os princípios que lhe dão sustentação, para reconhecer o valor dos saberes tradicionais e a eficácia dos modos de gestão camponesa, a fim de considerar a adaptação dos modos de agricultura tradicionais no mundo moderno”.

este tipo de ancoragem valoriza o desenvolvimento das cadeias agroalimentares existentes em um território dado.

Lamine (2012; 2017) introduz a noção de “sistema agri-alimentar territorial” a fim de diferenciar do sistema alimentar “convencional” bastante vinculado a uma cadeia alimentar (sobretudo no sentido de *food system*) e de destacar as interações entre agricultura e alimentação. A nuance é real ainda que difícil de traduzir em termos conceituais. O sistema agri-alimentar é definido como “um sistema sociotécnico que engloba os agricultores, a assistência técnica, a pesquisa, os atores a montante e a jusante da cadeia alimentar, as políticas públicas, as instâncias de regulação, os consumidores e a sociedade civil” (Lamine, 2012, p. 139). Para Lamine, a interação entre produtores, consumidores e outros atores é fundamental para pensar, analisar e antecipar transformações do sistema. “A comparação entre territórios e coletivos estudados sugere que os sistemas agri-alimentares territoriais se diferenciam fundamentalmente de uma lógica de cadeia, não apenas porque a qualificação envolve uma diversidade maior de atores, mas também porque ela se constrói em uma ordem diferente. Com efeito, em muitos casos, não são os produtores que se ocupam da promoção da qualidade e da valorização dos produtos locais, mas sim outros atores geralmente localizados a jusante da cadeia de produção. A intensidade das relações entre uma diversidade de atores e a não linearidade das interações permitem uma reformulação frequente dos critérios de qualidade que se configuram particularmente pertinentes dados os desafios de adaptação ao meio em um contexto de mudanças climáticas” (Lamine, p. 30).

Palm (2021) retoma esta noção no contexto brasileiro visando a abordar as interdependências e entrelaçamento de visões, relações e normas com as quais os agricultores devem interagir ao invés de considerá-los isoladamente em relação a outros setores do sistema (Lamine, 2017). Para o autor, essa noção permite sublinhar a importância de diferentes dimensões no processo de transição: produção, conhecimentos, distribuição, políticas públicas etc. “Para cada uma dessas dimensões, é possível observar arranjos heterogêneos que implicam atores com práticas, concepções sociais e valores distintos, interagindo com artefatos materiais e organizacionais” (Palm, 2021, p.11). Essa abordagem se fundamenta na reconstrução da trajetória do sistema agri-alimentar territorial, na caracterização das práticas transformadoras, nas redes de atores e de objetos e, sobretudo, na identificação dos arranjos e interfaces críticas com o sistema “convencional” dominante.

A partir de escalas mais amplas (ainda que conectadas aos territórios), também ganhou espaço na literatura recente a noção de sistemas alimentares sustentáveis. Retomando os debates sobre sustentabilidade de-

correntes do “Nosso futuro comum” (Brundtland et al., 1991), o HLPE (2014, p. 29) definiu sistemas alimentares sustentáveis como “aqueles que asseguram a segurança alimentar e nutricional para todos com base em práticas econômicas, sociais e ambientais que não comprometem a segurança alimentar e nutricional das gerações futuras”. Também inspirados naquela referência, Blay-Palmer et al. (2020) definem sistemas alimentares sustentáveis na sua interface com as dimensões social, econômica e ambiental. Na dimensão social, sistemas alimentares sustentáveis precisam incluir o direito à alimentação e garantir segurança alimentar e nutricional, democracia alimentar, práticas de trabalho justas, equidade de gênero, conectividade social, autodeterminação cultural e direitos aos recursos naturais (por exemplo, o acesso à terra). Na dimensão ambiental, sistemas alimentares sustentáveis necessitam incorporar métodos de produção ecológicos que reconhecem a importância da agroecologia, biodiversidade e recursos renováveis; protejam a qualidade do solo, água e outros recursos; e trabalhem em direção a sistemas alimentares de ciclo fechado regenerativo. Por fim, na dimensão econômica, é fundamental que sistemas alimentares sustentáveis sejam construídos com base na premissa de manter atividades econômicas equitativas, fortalecendo circuitos curtos, redes alimentares alternativas, cooperativas, comunidades que sustentam a agricultura, e outras redes colaborativas. Ademais, os autores destacam que mecanismos de governança inclusivos, transparentes, participativos e democráticos são fundamentais para sustentar essas três dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis (Blay-Palmer et al., 2020).

Finalmente, o sistema alimentar de um território dado pode compreender diferentes subsistemas alimentares que são mais ou menos baseados em práticas agrícolas convencionais ou agroecológicas; na agricultura familiar, empresas artesanais ou ainda grandes empreendimentos; mais ou menos conectados aos mercados (internacional, regional, nacional, local), certificados ou não. Em certos casos, esses subsistemas alimentares podem coexistir, se tornar interdependentes, interagir ou mesmo se hibridizar.

Com efeito, apesar da ampla circulação de modelos (revolução verde, industrialização, agroecologia), a globalização não uniformizou os modos de produção agrícolas nos territórios (Gasselin, 2021). A coexistência “faz referência à multiplicidade e a tudo” (Edgar Morin apud Racaud, 2016): ela remete igualmente à coexistência de sistemas plurais de atividade e de residência, que resultam de articulações complexas entre cidades e campos. Na maior parte dos territórios, na Europa e no Brasil, diversos sistemas alimentares coexistem. Encontraremos, no mesmo território, os sistemas alimentares

globalizados onde as matérias primas ou bens alimentares padronizados são produzidos, trocados e consumidos, e sistemas alimentares territorializados ou sistemas alimentares sustentáveis. A agroecologia é, cada vez, associada à busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional dos territórios. Ela contribui também à adaptação da produção agrícola às mudanças climáticas, à sustentabilidade social e ao bem-estar das populações locais.

Se interessar a coexistência e ao confronto de modelos nos territórios permite ir além da caracterização da diversidade de formas de agricultura e de alimentação. Considerar uma “situação de coexistência” de modelos agrícolas e alimentares supõe analisar as condições dessas interações (atores, cenas, meios, objetos e dinâmicas) e seus efeitos a várias escalas, considerando que situações de coexistência podem mostrar-se virtuosas em uma escala e em outras não. Explorar essas situações de coexistência permite examinar as capacidades de inovação dos sistemas agrícolas e alimentares e abordar as controvérsias sociotécnicas por meio das quais os modelos agrícolas se afirmam ou se opõem (Gasselin, 2021).

Ainda com a perspectiva de analisar a coexistência entre diferentes sistemas alimentares, trazemos ao debate, por fim, a proposta de Maluf (2021) de uma abordagem multiescalar que, diferentemente das que partem das práticas agrícolas, toma como ponto de partida os bens alimentares (alimentos) e os modos como eles são apropriados e consumidos (alimentação) pelos indivíduos. O acesso aos alimentos nas localidades ou territórios se faz por meio da coexistência de uma pluralidade de sistemas alimentares com diferentes escalas e dinâmicas, coexistência que envolve complementaridades, tensões e conflitos. O autor sugere captar essa configuração com a noção de sistemas alimentares descentralizados que corresponde aos “modos como se caracterizam a produção, circulação e consumo de alimentos nas localidades, resultantes do entrecruzamento de dinâmicas sistêmicas com âmbito local, nacional ou internacional, envolvendo uma diversidade de atores sociais, conflitos e processos decisórios igualmente multiescalares” (Maluf, 2021, p. 3). Desse modo, a abordagem articula a confluência de fluxos de bens com significados distintos e origens diversas, e hábitos de consumo que igualmente mesclam referências, tornando mais complexa a compreensão da alimentação nas localidades e respectivos territórios que resulta da coexistência de sistemas alimentares. Coexistência que envolve atores, concepções e estratégias que fazem das localidades e dos territórios espaços de manifestação das disputas pelo controle social do abastecimento alimentar, como caracterizado por Goodman et al. (2012).

## Alguns desafios das dinâmicas agroalimentares brasileiras

O Brasil foi e é marcado por uma estrutura agrária desigual que, ao longo dos séculos e décadas, foi reproduzindo grande desigualdade nos espaços rurais e urbanos e nas dinâmicas produtivas, econômicas, sociais e alimentares (Belik, 2015). Essa desigualdade manifesta-se no embate político e institucional entre duas categorias políticas: por um lado, o setor do agronegócio e, por outro, a agricultura familiar (Bruno, 2016; Sauer, 2008). Enquanto na esfera política essa dualidade se expressa ora com mais, ora com menos institucionalidades, nos territórios essa dicotomia dá lugar a formas diversas de relacionamento com a terra, com a natureza e entre si, seja de coexistência, interdependência e conflitos acirrados (Eloy et al., 2020; Favareto, 2019; Bühler; Guibert; Oliveira, 2016).

O setor do agronegócio geralmente está associado a sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais. Impulsionado nas décadas de 1970/80 com a formação dos complexos agroindustriais e, principalmente, nos 2000 com o *boom* internacional das *commodities*, este setor guarda diferentes formas de agriculturas empresarias, que podem se manifestar, dentre outras, em dinâmicas financeiras e especulativas nacionais ou internacionais; em grandes propriedades que adotam práticas espoliativas dos recursos naturais, associadas à grilagem de terras e conflitos agrárias; e, em grandes e médias propriedades, produtoras de *commodities* e sensíveis às demandas ambientais do mercado internacional (Pompeia, 2021; Bühler; Guibert; Oliveira, 2016). Em que pese esta diversidade, prevalece o uso de práticas agrícolas extensivas ou convencionais intensivas em insumos químicos, que avançam sobre os biomas brasileiros, transformando floresta, paisagens ou pastagens nativas em áreas de produção agrícola (Delgado, 2012). Associada a circuitos longos de produção e consumo, esta produção geralmente está voltada para os mercados internacionais, sem ou com pouca agregação de valor (soja, carnes, cana de açúcar, café, algodão, laranja, etc.), ou para a indústria de alimentos nacional ou multinacional.

Articulando expressiva diversidade, a agricultura familiar pode estar vinculada a sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais ou se inserir em sistemas alimentares alternativos, sejam eles sistemas alimentares localizados, sustentáveis ou, mais frequentemente, tradicionais (Schneider, 2006). Reconhecida política e institucionalmente em meados dos anos 1990 e fortalecida nos anos 2000, a agricultura familiar reúne práticas agrícolas associadas à produção convencional e ao uso intensivo de in-

sumos; práticas agroecológicas que ganham força a partir das críticas aos modelos convencionais de produção; práticas tradicionais articuladas a modos de vida específicos de comunidades quilombolas, ribeiras, caiçaras, de fundo de pasto, pantaneiras, indígenas etc.; e práticas extrativistas de manejo sustentável. Uma ampla diversidade de alimentos locais e regionais emerge dessas distintas práticas e sistemas de produção, e é destinada aos circuitos curtos ou a dinâmicas nacionais ou internacionais. Cada vez mais, seja entre acadêmicos, organizações representativas da categoria social ou movimentos sociais, cresce o interesse e a demanda por construir e fomentar práticas mais sustentáveis e relações mais próximas e diretas com os consumidores urbanos (Gazolla; Schneider, 2017). Diversos instrumentos de agregação de valor e de distinção, distintos arranjos e formas organizativas (cooperativas de produção e de consumo, grupos de consumo, comunidades que sustentam a agricultura etc.), e mercados diferenciados (feiras, compras públicas, pontos de comercialização da agricultura familiar, restaurantes etc.) são mobilizados visando a aproximar o campo da cidade e os agricultores dos consumidores.

Durante os anos 2000, em um contexto de eleição de governo progressista, aquecimento do mercado internacional de *commodities* e crescimento econômico do país, as duas categorias políticas receberam importante apoio das políticas públicas e do Estado (ainda que marcado por intensa desigualdade). O apoio em termos de infraestruturas, crédito rural, incentivos fiscais e flexibilizações em legislações (ambiental, trabalhista, fundiária) foi fundamental para reestabelecer uma “economia do agronegócio” (Delgado, 2012) e posicionar o país no comércio internacional de *commodities* (Leite, 2015). Por sua vez, a emergência de políticas públicas de estímulo à produção e à comercialização e apoio em termos de bem-estar, infraestrutura e estruturação dos territórios foi fundamental para visibilizar a diversidade da agricultura familiar, reconhecer identidades e contribuir para geração de renda, melhoria das condições de vida e segurança alimentar e nutricional (Grisa; Schneider, 2015).

Ainda que marcadas por desigualdades, conflitos, coexistência e por dificuldades de coordenação internamente a cada setor, essas políticas públicas foram fundamentais para transformar o rural brasileiro nos anos 2000. Diversos indicadores de renda, sociais e de segurança alimentar são ilustrativos nesse sentido, sendo emblemático o anúncio de uma nova classe média no campo em 2012 (Neri; Melo; Monte, 2012).

As transformações experienciadas no rural também repercutiram e confluíram com mudanças nos indicadores socioeconômicos e alimentares dos espaços urbanos. Para o tema desse livro, dois conjuntos de indicado-

res sobressaem-se. Por um lado, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) ao apresentar menos de 5 % da sua população nessa condição (França; Marques; Del Grossi, 2016). Ao longo dos anos 2000, o país conseguiu avançar na promoção da segurança alimentar: em 2004, 35,2 % da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar, sendo 9,5 % em insegurança alimentar grave e, em 2013, esses números foram reduzidos, respectivamente, para 22,9 % e 4,2 % (Rede Penssan, 2021). Por outro lado, refletindo o avanço de sistemas alimentares industriais e modernos, a obesidade em adultos com mais de 20 anos mais que dobrou de 2003 a 2019, passando de 12,2 % para 26,8 % (IBGE, 2020). Ademais, 60,3 % da população de 18 anos ou mais estava com excesso de peso (IBGE, 2020).

A partir de 2013, as crises econômica e política abriram espaço para o retorno de valores conservadores e neoliberais na sociedade e na política brasileira. As mudanças políticas em 2016 e 2018 alteraram as relações de poder na sociedade brasileira e o papel do Estado e das políticas públicas. A dualidade política e institucional manifesta na presença de dois Ministérios para o rural foi desfeita, e as representações do setor agronegócio e dos sistemas alimentares industriais e modernos fortaleceram sua presença, influência e hegemonia dentro do Estado (Grisa; Niederle, 2021).

Aproveitando uma nova configuração nos embates políticos, particularmente desde o início do Governo Bolsonaro, esses atores passaram a fazer questionamentos políticos e simbólicos à importância e especificidades da agricultura familiar (e ao tratamento da sua diversidade), à agroecologia e à alimentação saudável. Partindo de outros entendimentos sobre o Estado e de interpretações produtivistas da agricultura e do rural, esses atores mobilizaram diferentes estratégias e formas de desmantelamento das políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, e meio ambiente (Sabourin et al., 2020). Extinção de institucionalidades e de programas, redução dos recursos financeiros e de público beneficiário, mudanças em objetivos e normativos de modo a orientar as políticas públicas para novos interesses, flexibilizações de regulamentações ambientais e trabalhistas são alguns exemplos nesse sentido (Sabourin et al., 2020).

Ademais, esses atores alteraram a forma de fazer as políticas públicas. Atores do agronegócio passaram a participar do processo decisório das políticas públicas para a agricultura familiar em detrimento do diálogo com a diversidade de organizações da categoria social, e espaços de participação



social e monitoramento das políticas públicas foram extintos (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e nutricional, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).

Essas mudanças alteraram indicadores socioeconômicos e alimentares anteriormente conquistados. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2019) já mostravam o retorno da insegurança alimentar e nutricional em valores superiores àqueles de 2004, ainda que em menor intensidade em relação à insegurança alimentar grave. Em 2017/2018, 36,6 % da população estava em insegurança alimentar e nutricional, sendo 5,8 % vivenciando a fome (IBGE, 2019).

A pandemia da Covid-19 – ao provocar a paralização de diversas atividades econômicas, desemprego, dificuldades de comercialização e renda para a agricultura familiar; ao visibilizar a importância da alimentação saudável; e ao fragilizar as condições sanitárias e socioeconômicas de diversos grupos sociais – poderia ter sido um “momento crítico” (Mahoney, 2001) para colocar em debate as dinâmicas dos sistemas alimentares e reposicionar o papel do Estado no desenvolvimento brasileiro e na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Todavia, a continuidade de políticas neoliberais, a omissão do Estado no tratamento da pandemia, a valorização das *commodities* nos mercados internacionais, a desvalorização da moeda nacional e a inflação agravaram as crises econômica, social, política e alimentar no país. Ilustrativo desse cenário, dados da Rede Penssan (2021) indicam que, em dezembro de 2020, 55,2 % da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar, sendo que 9 % vivenciando a fome. Ademais, Galindo et al. (2021) destacam que parte significativa dos domicílios brasileiros reduziu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular: 44 % reduziram o consumo de carnes e 41 % o consumo de frutas.

O desmantelamento das políticas públicas nacionais para a agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional no país desencadearam, pelo menos, dois “contra movimentos” ainda em curso. Por um lado, ganham maior relevância e visibilidade as ações construídas por governos estaduais e municipais e consórcios territoriais na promoção da agricultura familiar, da agroecologia e da segurança alimentar (Grisa; Ávila; Cabral, 2021; Sabourin et al., 2019). Políticas estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica, Políticas Estaduais para Povos e Comunidades Tradicionais, programas estaduais e municipais de compras públicas da agricultura familiar, construção de mercados e centros de comercialização da agricultura familiar e políticas de acesso aos alimentos são algumas das ações em debate.

Ainda que impulsionado por dinâmicas nacionais, também contribui para esse movimento o crescente debate internacional sobre o papel das cidades e dos governos locais e regionais na construção e implementação de políticas alimentares (Fages; Bricas, 2017; IPES Food, 2017). Essa valorização das cidades e governos locais e regionais nas políticas alimentares decorre da intensificação da urbanização; do imbricamento das questões alimentares, ambientais e sociais nos territórios; e das oportunidades que o local e o regional oferecem para articulação de atores e setores, e construção de políticas alimentares integradas.

Por outro lado, dadas as omissões ou insuficiências das ações governamentais, observamos um crescente ativismo alimentar de organizações da sociedade civil na construção de práticas por justiça e equidade alimentar. A formação de diversas redes de distribuição solidária de alimentos para populações em situação de vulnerabilidade, a criação de cozinhas solidárias ou comunitárias por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o crescimento dos mercados digitais para a agricultura familiar, e o fortalecimento dos circuitos curtos de produção e consumo visando à relocação da alimentação nos territórios são alguns exemplos nesse sentido (Teixeira, 2021; Niederle; Schneider; Cassol, 2021; Cabral; Schmitt, 2020). Ainda que não seja suficiente para resolver os problemas alimentares – que demandam respostas estruturais do Estado –, o ativismo dessas experiências contribui para colocar as dinâmicas dos sistemas alimentares em debate na perspectiva de construir dinâmicas mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis.

Desse modo, os desafios para os sistemas alimentares no Brasil perpassam a persistência de problemas históricos, os quais se intensificam e voltam na agenda pública com o agravamento de crises econômicas, sociais e políticas e o fortalecimento de coalizões políticas conservadoras, neoliberais e, recentemente, autoritárias. Tais problemas históricos envolvem a concentração da terra, a degradação dos recursos ambientais, a depredação da biodiversidade, a violência contra grupos tradicionais, a persistência da fome e da insegurança alimentar e nutricional, e a reprodução da desigualdade social nos espaços rurais e urbanos. A esses problemas históricos soma-se a emergência de novas problemáticas alimentares e ambientais – como o sobrepeso e obesidade, as mudanças climáticas, a urbanização e as fragilidades no abastecimento alimentar –, as quais cobram respostas urgentes e integradas. Enquanto os sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais agravam tais problemáticas, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade das gerações presentes e futuras exigem a construção de sistemas alimentares alternativos.

## Estrutura do livro: as contribuições metodológicas, teóricas e empíricas

O livro foi organizado em duas partes principais, sendo que a primeira aborda elementos para análise dos sistemas alimentares nos territórios, e a segunda contempla a relação de diferentes estratégias de mercados, dinâmicas de organização coletiva e práticas alimentares com os sistemas alimentares. Todos os capítulos, a partir de contextos e dinâmicas brasileiras distintas, procuram trazer contribuições metodológicas, teóricas e/ou empíricas.

### *Sistemas alimentares e análise das dinâmicas territoriais*

Ludivine Eloy, Valdemar Wesz Junior e Eve Anne Bühler propõem uma estratégia metodológica para análise socioespacial da expansão da soja na Argentina, Brasil e Paraguai e da coexistência de sistemas agroalimentares. Ainda que recente e rápida, a expansão do modelo agroindustrial da soja se estrutura a partir de modos de produção padronizados e de relações de poder assimétricas herdadas da época colonial. Essa expansão revela dinâmicas socioespaciais heterogêneas e imprevisíveis, uma diversidade de atores e de práticas, e relações sociais complexas, envolvendo negociações, alianças e produção de conhecimentos. Os autores propõem uma abordagem metodológica multilocal, multinível e interdisciplinar que contempla a análise do acesso e da apropriação dos recursos nacionais e da diversidade de atores e de interfaces entre espaços ocupados pela soja e suas margens em um território.

Karina Kato, Nelson Giordano Delgado e Jorge Romano analisam a resiliência dos sistemas alimentares locais da agricultura familiar no Nordeste do Brasil, particularmente no território semiárido da Borborema (Paraíba). Os autores examinam a alternância entre dinâmicas de territorialização e de desterritorialização, em grande parte associadas à emergência, estagnação e abandono das políticas de desenvolvimento territorial pelo governo federal. Ademais, a partir dos principais componentes dos processos de territorialização e desterritorialização, os autores mostram como a pandemia criou novos desafios e novas oportunidades para a continuidade dos processos de construção social do território.

Andréia Tecchio, Letícia Andrea Chechi, Leonardo Moura de Souza, Giovana Paulo Giombelli, Ademir Antonio Cazella e Valdete Boni analisam o processo e os efeitos da criação e da difusão da marca “Sabor Colonial”,

construída pelos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina para a promoção das agroindústrias familiares. A partir da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, os autores abordam as iniciativas que articulam os atores territoriais na oferta articulada de bens e serviços de qualidade a partir da especificação dos recursos territoriais.

Giovanna Giombelli, Valdete Boni, Andréia Tecchio, Ademir Antonio Cazella, Fábio Luiz Búrigo e Marcelo Conterato analisam a construção da governança dos sistemas alimentares a partir da implementação de políticas de desenvolvimento territorial e de cooperativas de crédito agrícola na região Oeste de Santa Catarina. Igualmente a partir da abordagem teórica e metodológica da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, os autores analisam o ramo do cooperativismo de crédito como um agente de desenvolvimento que articula atores públicos, privados e associativos, visando a promover sistemas alimentares territoriais sustentáveis.

### *Os sistemas alimentares, os mercados e a organização coletiva*

Emilia Jornalinis e Renato S. Maluf apresentam uma análise socioespacial das redes de supermercados no Rio de Janeiro e discutem as desigualdades no acesso a uma alimentação diversificada, de qualidade e preços acessíveis. Os autores adotam uma metodologia de análise que interpreta os supermercados na dinâmica dos sistemas alimentares a partir de uma abordagem multiescalar. Os autores consideram que o abastecimento e o acesso à alimentação nos bairros e distritos do Rio de Janeiro se estruturam a partir da coexistência de sistemas alimentares de diferentes amplitudes (internacional, nacional e local-territorial), cuja dinâmica se manifesta, sobretudo, na capacidade dos supermercados de centralizar fluxos de categorias de produtos muito diversas. Por outro lado, a expansão hegemônica das grandes cadeias de supermercados nacionais e internacionais não eliminou outras formas de comercialização dos produtos alimentares, a exemplo do comércio de varejo tradicional ou as redes municipais e regionais.

Natalia Salvate e Sergio Schneider propõem uma abordagem metodológica para análise dos mercados imersos (*nested markets*) a partir de revisão de literatura e de inserção da equipe em pesquisas internacionais, sempre atentos às especificidades da realidade brasileira. Para os autores, os mercados imersos se constituem e funcionam em um espaço físico de troca onde se produz a interação entre instituições e os mecanismos de governança que caracterizam o território. A partir da análise de diversas dimensões, como a es-

pecificidade, conectividade, multifuncionalidade, governança e infraestrutura sociomaterial, os autores analisam as formas e a estrutura desses mercados.

Camila Lago Braga e Catia Grisa propõem uma metodologia, adaptada ao contexto brasileiro, para a análise e mensuração da sustentabilidade das compras públicas de alimentos destinados aos restaurantes universitários de São Luiz, no Maranhão. A metodologia se estrutura na análise de cinco dimensões da sustentabilidade – econômica, ambiental, sociocultural, política (democracia alimentar) e segurança alimentar e nutricional – e, a partir de vários indicadores, as autoras discutem a relação entre compras públicas e a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

Silvia A. Zimmermann, Dirceu Basso, Régis da Cunha Belem, Valdemar João Wesz Junior e Pietra Regina de Oliveira Vacarin mobilizam a abordagem dos sistemas alimentares localizados para a caracterização das dinâmicas alimentares de proximidade por meio de um estudo de caso dos mercados de produtores na tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. O capítulo caracteriza as similaridades e especificidades entre os mercados de produtores da região e examina as oportunidades, dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores familiares para comercializar seus produtos nesses espaços e circuitos curtos. Os autores partem de uma abordagem sistêmica para analisar a circulação dos alimentos e a dinâmica do território, considerando que as fronteiras político-administrativas determinam a circulação cotidiana de pessoas e de alimentos entre as três cidades estudadas.

Marcos Catelli Rocha, Fabio Luiz Búrigo, Anderson Romão, Ademir Antonio Cazella e Adevan da Silva Pugas analisam a ascensão e a sustentabilidade dos sistemas alimentares localizados a partir do processo de colaboração e integração entre cooperativas no estado de Santa Catarina. A partir do caso do Sistema de Cooperativas de Crédito de Interação Solidária (Cresol), em particular da Cooperativa Cresol Vale Europeu (CVE), os autores analisam o modo como as políticas de crédito rural foram mobilizadas nos últimos anos. Os autores destacam lacunas, por um lado, a partir do crescimento dos sistemas de produção agroecológico e orgânico e, por outro, das mudanças nas práticas de consumo alimentar da população urbana.

Finalmente, Maycon N. Schubert, Paulo A. Niederle, Luiza M. Tavares, Viviane Carrion Castanho e Samile Andrea de Souza Vanz abordam a utilização da teoria das práticas sociais nos estudos sobre alimentação. Os autores discutem o modo como a “virada praxiológica” adentrou nesses estudos. A partir da análise bibliométrica, o capítulo destaca os principais autores e conceitos mobilizados, os artigos e as revistas de referência, e certas redes de colaboração entre pesquisadores.

## Referências

- BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, 2015.
- BLAY-PALMER, A.; CONARÉ, D.; METER, K.; DI BATTISTA, A.; JOHNSTON, C. *Sustainable food system assessment: Lessons from global practice*. New York: Routledge, 2020.
- BRUNDTLAND, G. H. *et al.* Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- BRUNDTLAND, G. H.; KHALID, M.; AGNELLI, S.; AL-ATHEL, S. *Our common future*. New York: Oxford University Press, 1987.
- BRUNO, R. A. L. Desigualdade Agronegócio Agricultura Familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, 2016, p. 142.
- BÜHLER, E.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- CABRAL, L.; SCHMITT, C. *Localised food networks give hope in Brazil's Covid-19 crisis*. Opinion, 2020.
- CUNHA, M. C. D. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos avançados*, v. 13, p. 147-163, 1999.
- CIRAD-SAR, *Systèmes agroalimentaires localisés: organisations, innovations et développement local, orientations et perspectives issues de la consultation du Cirad* Stratégies de recherche dans le domaine de la socio-économie de l'alimentation et des industries agroalimentaires. Montpellier: Cirad-SAR, 1996, 121 p.
- COLONNA P.; FOURNIER, S.; TOUZARD, J.-M. Food Systems. *In: ESNOUF, C.; RUSSEL, M.; BRICAS, N. (org.). Food system sustainability: insights from DuALIne*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 69-100.
- DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século 1965-2012*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ELOY, L.; SOUZA, C.; NASCIMENTO, D.; NOGUEIRA, M.; BARRETTO, H.; BUSTAMANTE, P.; EMPERAIRE, L. Traditional agricultural systems in soybean interstices in Brazil: processes and limits of agrobiodiversity conservation. *Confins*, Paris, v. 45, 2020, p. 1-15.
- EMPERAIRE, L. *La patrimonialización de un sistema agrícola en la Amazonia Brasileña*. Paper presented at the Primer Encuentro Nacional de Patrimonio Vivo, Ministerio de la Cultura, 12-13 de agosto, 2015, Buenos Aires.
- FAGES, R.; BRICAS, N. *L'Alimentation des villes: quels rôles des collectivistas du Sud?* *L'AFD &*, n. 4, 2017.
- FANZO, J.; DAVIS, C. *Global food systems, diets, and nutrition: linking science, economics, and policy*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2021.

- FAVARETO, A. *Entre chapadas e baixões do matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado*. São Paulo: Prefizo Editorial, 2019.
- FRANÇA, C. G.; MARQUES, V. P. M.; DEL GROSSI, M. E. *Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras*. Brasília: FAO, 2016.
- GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; DE ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNO, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for justice Working paper series*, n. 4, Berlin, Food for justice: power, politics and food inequalities in a Bioeconomy, 2021.
- GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C.; LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. *Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: un nouveau paradigme du développement territorial? [S.l.]*: Quae, 2021.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017.
- GILL, M. *et al. A systems approach to research and innovation for food system transformation*. FIT4FOOD2030, 2018. Disponível em: <https://fit4food2030.eu/eu-think-tank-policy-brief>. Acesso em: 30 out. 2021.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: knowledge, place and politics*. London: Routledge, 2012.
- GOODMAN, D.; WATTS, M. (org.). *Globalizing food: agrarian questions and global restructuring*. London: Routledge, 1997.
- GRISA, C.; AVILA, M.; CABRAL, R. A politização das compras públicas de alimentos nos governos estaduais do Brasil: atores e ideias na construção de sistemas alimentares sustentáveis. In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. *Políticas públicas y Sistemas Alimentarios en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 441-468.
- GRISA, C.; NIEDERLE, P. Paradigms, institutional changes and policy dismantling in the Mercosur specialized meeting of family farming. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 112, 2021.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- HLPE. *Nutrition and food systems: a report by The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition*. Rome: [s.n.], 2017.
- HLPE. *Food losses and waste in the context of sustainable food systems*. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: [s.n.], 2014.
- IBGE. *Pesquisa nacional de saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IPES FOOD. *De l'uniformité à la diversité: changer de paradigme pour passer de l'agriculture industrielle à des systèmes agro écologiques diversifiés*. [S.l.]: IPES-Food, 2016.

- IPES FOOD. *Whats makes urban food policy happen*. Insights from five case studies. [S.l.]: IPES-Food, 2017.
- LAMINE, C. “Changer de système”: une analyse des transitions vers l’agriculture biologique à l’échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains et Travaux*, n. 20, 2012, p. 139-156.
- LAMINE, C. *La fabrique sociale de l’écologisation de l’agriculture*. Marseille: Éditions La Discussion, 2017.
- LEITE, S. P. Politiques publiques et agribusiness: une analyse de la politique de -nancement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Economie, Société*, v. 17, p. 433-458, 2015.
- MAHONEY, J. Path-dependent explanations of regime change: central america in comparative perspective. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, n. 1, 2001, p. 111-141.
- MALASSIS, L. Histoire de l’agriculture, histoire de l’alimentation, histoire générale. *Économie rurale*, n. 184-18, p. 192-1986, 1994.
- MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 4, 2021.
- MUCHNIK, J.; REQUIER-DESJARDINS, D.; SAUTIER, D.; TOUZARD, J. M. Les systèmes agroalimentaires localisés (SYAL): introduction. *Economies et Sociétés*, n. 29, p. 1.465-1.484, 2007.
- MUCHNIK, J. Nourrir le corps humain et le corps social. In: HUBERT, B.; CLÉMENT, O. (org). *Le Monde peut-il nourrir le monde*. [S.l.]: Éd. IRD Quae, 2006.
- NERI, M. C.; MELO, L. C. C.; MONTE, S. R. S. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. *Mercados Alimentares Digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.
- ORTIGUES E. Entretien. *Le Coq-Héron*, n. 115, 1989, p. 58-72.
- PALM, J. *Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos: uma abordagem pragmática territorial e sistêmica na região Serrana Fluminense*. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- PARSONS, K.; HAWKES, C.; WELLS, R. Brief 2. What is the food system? A food policy perspective. In: PARSONS, K.; HAWKES, C.; WELLS, R. *Rethinking Food Policy: a fresh approach to policy and practice*. London: Centre for Food Policy, 2019.
- PEREIRA-LEITE, S. Politiques publiques et agribusiness: une analyse de la politique de recensement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Economie, Société*, v. 17, p. 433-458, 2015.
- PIÑEIRO, M.; LUISELLI, C.; RAMOS, A.; TRIGO, E. *El sistema alimentario global: una perspectiva desde América Latina*. [S.l.]: Teseo, 2021.
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. Rio de Janeiro: Elefante, 2021.



PREISS, P.; SCHNEIDER, S. *Sistemas alimentares no século XXI: uma introdução ao debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, p. 11-24.

RACAUD, S. Coexistence des mondes ruraux et des agricultures dans les Suds. Intégration des relations urbain-rural à l'économie mondialisée : Introduction. *Les Cahiers d'Outre-Mer. Revue de géographie de Bordeaux*, Bordeaux, 2016, p. 15-41.

RASTOIN, J. L. Les systèmes alimentaires territorialisés: quelle contribution à la sécurité alimentaire? Introduction. Séance de l'Académie d'Agriculture de France. *Les systèmes alimentaires territorialisés: quelle contribution à la sécurité alimentaire*. Paris: Académie d'Agriculture de France (AAF), 2014 (Jan.).

RASTOIN, J. L. Éditorial. Les systèmes alimentaires territorialisés: considérations théoriques et justifications empiriques. *Économies et Sociétés*, v. XLIX, (11/2015), n. 37, p. 1.155-1.164, 2015. (Série Systèmes agroalimentaires).

RASTOIN, J. L.; GHERSI, G. *Le système alimentaire mondial*. Concepts et méthodes, analyses et dynamiques. [S.l.]: Quae, 2010, 565 p.

REDE PENSSAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

REQUIER-DESJARDIN, D. *Multifonctionnalité, territoire et secteur agroalimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés"*. France : Centre d'Economie et d'Éthique pour l'Environnement et le Développement, 2002.

REQUIER-DESJARDINS, D. *Systèmes agroalimentaires localisés et qualification: une relation complexe*. Florianópolis: UFSC, 2007. (Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável).

SABOURIN, E. *et al.* The dismantling of family farming policies in Brazil and Argentina. *International review of Public Policy*, v. 2, n. 1, 2020.

SABOURIN, E.; GUÉNEAU, S.; COLONNA, J.; SILVA, L. R. T. *Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais*. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 75-98.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. [S.l.]: Embrapa, 2008 (Texto para discussão 30).

SCHNEIDER, S. *A Diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TEIXEIRA, M. A. Lutas por justiça alimentar no Brasil. *Le monde diplomatique Brasil*, 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/lutas-por-justica-alimentar-no-brasil/>. Acesso em: 01 dez. 2021.